

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SIMA	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Titular	Presente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Presente	
		Adilson Nunes Fernandes	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marco César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Suplente	Presente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Ausente	
06	IGAM-MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Presente	
	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Suplente	Ausente	
07	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Presente	p/ Vitor Oliveira Bragotto
		Simone Fernanda Zambuzi	Titular	Ausente	
	P.M. de Jundiáí	Luiz Fernando Arantes Machado	Suplente	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Presente	
08	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Titular	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Titular	Ausente	
	P.M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Joaquim Dutra Furtado Filho	Suplente	Ausente	
09	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	p/ Danilo de Albuquerque
		Danilo de Albuquerque	Titular	Presente	
	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
10	P.M. de Louveira	Estanislau Steck	Titular	Ausente	
		Mateus Bento Batista Arantes	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Carlos Cesar Gimenez Zappia	Suplente	Presente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
		Aline Maria Leite de Moraes	Titular	Justificado	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Presente	p/Stela Dalva Sorgan
		Stela Dalva Sorgan	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Saulo Tarsis Paiva Vieira	Titular	Presente	
	P.M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Suplente	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Suplente	Presente	
14	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Presente	
		Miguel Wilson Aliotto	Titular	Ausente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Indiara Cardoso Guasti Jogas	Suplente	Ausente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificado	

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Kamila Vilela Barros Santos	Titular	Ausente	
		<i>Aguardando indicação</i>	Titular	Ausente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luis Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
20	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	SINDAE	Renan Roncolato Pereira de Almeida	Suplente	Ausente	
21	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
23	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Titular	Justificado	
	Associação Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa	Suplente	Presente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Presente	
	CREA-MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IPA	Sibele Ezaki	Coordenador	Presente
	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	ABES-SP	Dafne Córrea da Silva	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Jairo Alves Júnior	Coordenador-adjunto	Presente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Justificado
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	INEVAT	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-PB	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Ausente
	SAA	Denis Herisson da Silva	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Justificado
	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Ausente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Patrícia Barufaldi – Diretora Técnica
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Elaine Franco de Campos – Coordenadora de Projetos
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
	Adriana Sacioto
	Allan Patrick
	Ana Beatriz Sepulveda
	Bianca Leite
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Diogo Pedrozo
	Douglas Brunelli
	Fábio Coca
	Felipe Ferreira
	Gabriel Sobreira
	Gabriela Dures Lopes Giusti
	Jairo Campos
	Kátia Cezarino
	Karla Romão
	Kaique Barretto
	Leonardo L. Baumgratz
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Luiz Colassio
	Marina Barbosa
	Rebeca Silva
	Roberta Dalfré
	Suzana Darahem
	Tainá Lima de Moura
	Thamiris Cardoso
	Tiago Georgette
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
SABESP	Wilson Stocco
P.M. de Piracicaba	Alex Gama Salvaia
P.M. de Salto	Laerte Sonsin

**Pauta e abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 26/08/2022. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Em seguida, o Sr. André apresentou a pauta da reunião e consultou os membros sobre a inclusão de um item de pauta em “8.0 - Outros assuntos”, sendo o item “8.1 - Proposta de encaminhamento conjunto (Consórcio PCJ, Comitês PCJ e ARES PCJ) do programa de investimentos do Plano das Bacias PCJ aos candidatos”. Na sequência, o Sr. André perguntou

aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada com a inclusão do item de pauta proposto. **1. Aprovação da ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 03/06/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 85ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 03/06/22, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **2. Indicação de empreendimento**

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

referente ao Edital Programa II - PSA (Cobrança PCJ Paulista). O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item de pauta está relacionado aos termos da Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 383/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento do exercício de 2022. Com a inscrição deferida no processo de pré-qualificação, na temática de “Conservação, Recuperação e Restrição”, o empreendimento proposto pela Prefeitura Municipal de Piracaia, se encontrou apto à indicação para financiamento com recursos financeiros do exercício de 2022 da Cobrança PCJ Paulista. Dispondo da apuração de saldos de recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), disponíveis para deliberação pelos Comitês PCJ, realizada pela Secretaria Executiva do Conselho Orientador do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SECOFEHIDRO), a presente proposta tratou da alteração da fonte de recursos para o empreendimento em questão, de “Cobrança PCJ Paulista” para “CFURH”, e a subsequente indicação deste para financiamento, pelos Comitês PCJ. Informou ainda que os saldos de recursos financeiros oriundos da CFURH, referentes à quota-parte do CBH-PCJ, apurados após a presente indicação, serão somados aos recursos a serem disponibilizados pelo Conselho Orientador do Fundo Estadual de Recursos Hídricos COFEHIDRO para o exercício de 2023 e disponibilizados pelos Comitês PCJ em novo processo de seleção e indicação de empreendimentos. Em seguida e após os esclarecimentos, o Sr. André submeteu a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 412/22, que altera a fonte de recursos e indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes

90 ao exercício de 2022, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. **3. Cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da CFURH, referente ao orçamento de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item de pauta trata da definição de critérios gerais para a aplicação dos recursos da Cobrança Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023, para empreendimentos de Demanda Priorizada. Dando continuidade, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a seleção de empreendimentos 2023 e informou que as temáticas das ações financiáveis estão de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035 e o Plano de Ação e Programa de Investimentos 2020-2023 (PA/PI-PCJ 2020-2023). Sobre as ações financiáveis, a Sra. Lívia informou que estão distribuídas em 3 (três) PCDs: (i) PDC 1/1.2 - referente ao planejamento e gestão de recursos hídricos englobando as ações de revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural, elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas Hídricas no Sistema de Abastecimento de Água; (ii) PDC 5/5.1 - trata do controle de perdas em sistemas de abastecimento englobando obras, serviços e equipamentos visando o controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água; e (iii) PDC 3/3.1 - referente ao esgotamento sanitário com ações para elaboração de projetos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos, elaboração de projetos para a implantação de novas ETES visando tratamento secundário e elaboração de projetos para melhorias da eficiência das ETES na remoção de nutrientes. Em seguida, informou sobre o período para as inscrições, o cronograma geral do processo de análise de pré-qualificação dos empreendimentos, os valores mínimos e máximos estabelecidos para as ações e destacou os requisitos

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

básicos para as inscrições dos municípios. Por fim, a Sra. Lívia enfatizou sobre os municípios priorizados de acordo com o Plano de Bacias PCJ 2020-2035, para cada temática. Na sequência, a Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, enfatizou que o manual de procedimentos operacionais para investimento (MPO) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) atualmente passa por atualização e conseqüentemente poderá ocorrer futuras alterações na referida deliberação. Após as explicações, o Sr. André abriu para manifestações dos membros e passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que ressaltou sobre a importância dos empreendimentos relacionados a elaboração de projetos para a implantação de novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), visando também o tratamento secundário e elaboração de projetos para melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes. Em seguida, a Sra. Elaine enfatizou sobre a redação do artigo 14 da presente deliberação e complementou informando que o tomador do recurso pode ser o serviço público municipal, e em sua ausência, o responsável pelo serviço de saneamento, com exceção da ação para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico que devem ser, obrigatoriamente, pleiteadas pelas prefeituras municipais. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos plenários dos Comitês PCJ. **4. Proposta de alterações no Estatuto do CBH-PCJ e no Regimento do PCJ FEDERAL.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de proposta de alteração da composição dos plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, referente aos números de vagas disponibilizados para os setores “Universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento

tecnológico” e “Sindicatos de trabalhadores, associações técnicas não governamentais e associações comunitárias”, do segmento “Organizações Cívicas”. O assunto foi discutido no Grupo de Trabalho (GT) Eleições 2023, criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ para discussão e elaboração de minuta de deliberação sobre os prazos, normas, procedimentos e critérios relativos ao Processo Eleitoral para o mandato 2023-2025 dos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. André informou que a necessidade de adequação do Estatuto do CBH-PCJ e do Regimento Interno do PCJ FEDERAL também está relacionada a disposições do Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo no 490/2019, de 25/10/2019, referentes à participação de “universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico” nos plenários dos comitês de bacias hidrográficas, de que trata a alínea “a”, do inciso III, do artigo 24, da Lei Estadual (SP) nº 7.663, de 30/12/1991. Na sequência, o Sr. André informou que por solicitação do GT-Eleições 2023, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ elaborou um levantamento contendo informações sobre a participação de membros no segmento Organizações Cívicas, que demonstrou subparticipação do setor “Universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico”. O levantamento contribuiu para as discussões no GT-Eleição 2023 que receberam demanda por maior participação nos Plenários do setor “Sindicatos de trabalhadores, associações técnicas não governamentais e associações comunitárias” e pela proposta de alteração da composição. O GT-Eleições 2023 propôs encaminhamento para discussão na presente reunião, mediante proposta de alteração do número de vagas entre os setores. Após as explicações, o Sr. André apresentou a proposta de alterações no Estatuto do CBH-PCJ e no Regimento Interno do PCJ FEDERAL, a saber: a) alteração de duas para uma vaga disponibilizada para o setor “Universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico”; e b) alteração de duas para três vagas disponibilizadas para o setor “Sindicatos de trabalhadores, associações técnicas não governamentais e associações comunitárias”. Também, ficou estabelecida a proposta de revogação do parágrafo 11, do artigo 7º, do Estatuto do CBH-PCJ. Dando prosseguimento, o Sr. André

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

abriu para manifestações e passou a palavra para o  
250 Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas e do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), que complementou que a referida proposta em discussão não alterou os  
255 demais setores participativos dos Plenários e trouxe maior participação da sociedade civil no setor “Sindicatos de trabalhadores, associações técnicas não governamentais e associações comunitárias”, conciliando com a realidade vivenciada nos últimos  
260 anos nos Comitês PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que altera a redação do artigo 11 e revoga o parágrafo 11, do artigo 7º, do Estatuto do CBH-PCJ e a minuta de deliberação que altera a  
265 redação do artigo 10 do Regimento do PCJ FEDERAL, à votação, sendo aprovadas por unanimidade para serem encaminhadas aos plenários dos Comitês PCJ. **5. Calendário, regras, edital com procedimentos eleitorais e criação de**  
270 **Comissão Eleitoral referentes ao processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2023-2025.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
275 do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se da necessidade de se definir prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos  
280 usuários de recursos hídricos e das organizações civis para a composição dos Plenários do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL no período 2023-2025. Foi elaborada minuta de deliberação dos Comitês PCJ para aprovação de calendário, regras e edital com os  
285 procedimentos eleitorais, bem como a constituição de Comissão Eleitoral para o mandato 2023-2025. O Sr. André explicou a todos que o Grupo de Trabalho (GT) Eleições 2023 instituído na Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), se reuniu nos  
290 dias 15/05/2022 e 08/06/2022 e culminou na minuta que ora se apresenta. Também informou que os procedimentos propostos do processo eleitoral serão realizados de forma não presencial, bem como as reuniões e assembleias. Dando continuidade, o Sr. André apresentou a proposta de cronograma e a  
295 composição da Comissão Eleitoral que foi composta como segue: I) Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que será o seu coordenador; II) Secretário-executivo dos Comitês PCJ: (a) Secretário-executivo do CBH-PCJ

e do PCJ FEDERAL, que substituirá o coordenador em seus impedimentos e ausências; e (b) Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, que substituirá o  
305 coordenador em seus impedimentos e ausências, nos casos em que também ocorrerem impedimentos e ausências do Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; III) Representantes do Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, a saber: 1 (um) representante titular de cada setor do segmento Usuários de Recursos Hídricos: (a) Setor Abastecimento Público: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); (b) Setor Irrigação: Sindicato Rural de Rio Claro; (c) Setor Indústria: Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA); 1 (um) representante titular e 1  
310 (um) suplente do segmento Organizações Cívicas: (a) Titular: Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), (b) Suplente: Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR); 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento dos Municípios escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Prefeitura Municipal de Jundiá/SP; (b) Suplente: Prefeitura Municipal de Louveira/SP; 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento Órgãos de Governo escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (a) Titular: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP); (b) Suplente: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); 1 (um) representante do Segmento Órgãos de Governo, representante dos  
315 órgãos e entidades do Governo Federal: (a) Titular: Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional. Representantes do Estado de Minas Gerais, nos Plenários do PCJ FEDERAL indicados pelo CBH-PJ1: 1 (um) representante do segmento Usuários de Recursos Hídricos; 1 (um) representante do segmento Organizações Cívicas; 1 (um) representante do segmento “Municípios”; e 1 (um) representante do segmento Órgãos de Governo. Após o preenchimento das vagas, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o  
320 mandato 2023-2025, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Diretrizes para realização de reuniões presenciais.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

355 de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do  
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do  
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a  
presente deliberação trata da revogação da  
Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês  
360 PCJ nº 113/2020, de 22/05/2020, que regulamentou,  
em caráter excepcional, devido aos impactos da  
pandemia por COVID 19, a realização de reuniões  
e eventos não presenciais no âmbito dos Comitês  
PCJ. O Sr. André proferiu sobre a retomada da  
365 realização de reuniões presenciais das Câmaras  
Técnicas e dos Plenários dos Comitês PCJ, tendo  
em vista evolução do controle sanitário da pandemia  
de COVID-19. Sobre a minuta em discussão, o Sr.  
André esclareceu que as reuniões presenciais das  
370 instâncias dos Comitês PCJ serão realizadas nas  
seguintes frequências: (I) 2 (duas) reuniões dos  
Plenários dos Comitês PCJ por ano, sendo 1 (uma)  
por semestre; (II) 3 (três) reuniões da Câmara  
Técnica de Planejamento (CT-PL) por ano, sendo  
375 pelo menos 1 (uma) por semestre; (III) 2 (duas)  
reuniões por ano, sendo 1 (uma) por semestre, para  
as câmaras técnicas que se reúnem bimestralmente;  
e (IV) 4 (quatro) reuniões por ano, sendo 2 (duas)  
por semestre, para as câmaras técnicas que se  
380 reúnem mensalmente. A partir de 2023, as câmaras  
técnicas definirão, na reunião de renovação de seus  
mandatos e coordenações, observando as  
disposições da referida minuta de deliberação, que  
serão realizadas de forma presencial e por  
385 videoconferência. As frequências para as reuniões  
presenciais poderão ser alteradas, em caráter  
excepcional, desde que haja disponibilidade  
orçamentária para sua realização, mediante a  
decisão especificada na referida deliberação. O Sr.  
390 André informou ainda que a organização e  
realização das reuniões e de eventos presenciais,  
pelas Câmaras Técnicas, Câmara Técnica de  
Planejamento e Plenários deverá observar  
recomendações emitidas pela Secretaria Executiva  
395 dos Comitês PCJ, quanto a aspectos sanitários e a  
necessidade de atendimento a determinações de  
órgãos oficiais responsáveis por questões de saúde  
pública. A referida minuta de deliberação foi  
discutida e validada na 7ª Reunião do GT-  
400 Integração de Ações das Câmaras Técnicas da  
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), que  
ocorreu em 28/07/2022, por videoconferência. Após  
as explanações, o Sr. André abriu para  
manifestações e passou a palavra para o Sr. André  
405 Elias Neto, representante da União da Indústria de  
Cana-de-Açúcar (UNICA), que questionou quanto  
à realização de reuniões em formato híbrido. O Sr.

André afirmou que posteriormente haverá  
discussões para o modelo híbrido e que o atual  
410 padrão não prevê a estrutura necessária para que  
ocorram as reuniões neste formato. Não havendo  
mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta  
de deliberação que revoga a Deliberação Conjunta  
*Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 113/2020, que  
415 estabelece diretrizes para a realização de reuniões  
presenciais, e dá outras providências, à votação,  
sendo a mesma aprovada por unanimidade para  
encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **7.  
Criação de Grupo de Trabalho para a  
420 elaboração de proposta de regulamentação para  
a distribuição de recursos financeiros na  
modalidade de financiamento reembolsável (GT-  
Financiamento Reembolsável).** O Sr. André Luiz  
Sanchez Navarro, representante da Secretaria de  
425 Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado  
de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL, explicou que a presente  
proposta trata da criação de um grupo de trabalho  
para elaboração da proposta de regulamentação para  
430 distribuição de recursos financeiros na modalidade  
de financiamento reembolsável. Explanou que a  
Resolução ANA nº 35/2020, de 04/12/2020,  
regulamentou a modalidade Chamamento Público  
de Projetos para financiamento de estudos,  
435 programas, projetos e obras incluídos nos Planos de  
Recursos Hídricos a serem financiados com os  
valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos  
recursos hídricos da Cobrança Federal. Assim, o  
grupo elaborará uma proposta em conjunto com a  
440 Fundação Agência das Bacias PCJ e que  
posteriormente irá remeter para apreciação dos  
Comitês PCJ, quando da revisão do Plano de  
Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos  
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ),  
445 contendo as diretrizes gerais para os financiamentos  
reembolsáveis e para os financiamentos a fundo  
perdido e demais orientações de forma a garantir  
objetividade e efetividade nos financiamentos.  
Após os esclarecimentos e manifestações de  
450 interesse na participação, o “GT-Financiamento  
Reembolsável” foi composto pelos seguintes  
representantes e entidades: a) Sr. Alexandre Vilella  
- representante da Federação das Indústrias do  
Estado de São Paulo (FIESP); b) Sr. Francisco  
455 Carlos Castro Lahóz - representante do Consórcio  
Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba,  
Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ); c) Sr. Hugo  
Marcos Leme Piffer - representante da Associação  
Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento  
460 (ASSEMAE); d) Sr. Mateus Bento Batista Arantes

# Comitês PCJ



COMITÊS PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

- representante da Prefeitura Municipal de Louveira/SP; e) Sr. André Elia Neto - representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA); f) Sra. Cecília de Barros Aranha -  
465 representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT); g) Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas e do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C); h) Sra. Raquel Eliana  
470 Metzner - representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C); i) Representantes da Fundação Agência das Bacias PCJ e da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr.  
475 André submeteu a composição do GT-Financiamento Reembolsável, no âmbito da CT-PL, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **8. Outros assuntos. 8.1 Proposta de encaminhamento conjunto (Consórcio PCJ, Comitês PCJ e ARES PCJ) do programa de investimentos do Plano das Bacias PCJ aos candidatos.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e  
485 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que foi acordado na 29ª Reunião Extraordinária e 91ª Reunião Ordinária do Consórcio PCJ, realizadas em 31/08/2022, no município de Americana/SP, que o Consórcio PCJ, a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), Fundação Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ elaborariam de forma conjunta uma  
490 "Carta aos Candidatos das Eleições 2022", contendo pleitos e demandas das Bacias PCJ, para que sejam priorizadas pelos candidatos vencedores. Assim, após aprovação e assinatura de todos os envolvidos, o documento será encaminhado para ciência dos candidatos e diretórios dos partidos políticos. Na  
495 sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que informou que a carta aberta aos candidatos das eleições 2022 integra as prioridades dos municípios das Bacias PCJ, relativas à busca por soluções locais de aumento de disponibilidade hídrica e priorização dos estudos, projetos e execução do Sistema Adutor Regional PCJ (SAR-PCJ). Dando prosseguimento,  
500 o Sr. André solicitou validação dos membros presentes para prosseguimento do ato e posterior encaminhamento do documento, sendo aprovado por unanimidade. **9. Informes: 9.1 da Secretaria**

**Executiva dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: a) Foram alterados, pelo Decreto nº 11.117/22 os valores de diárias, no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, utilizados como base para os valores praticados para os membros dos Comitês PCJ. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) emitiu Ofício Circular nº  
515 4/2022/SAS/ANA, datado de 20/07/2022, informando que será considerada a classe “c” para os membros de CBHs. Os valores foram atualizados através da Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 411/22, de 05/08/2022; b) Ocorrerá, em  
520 14/09/2022, o webinar “Segurança hídrica nas Bacias PCJ - Estiagem 2022”, por videoconferência. O objetivo do evento é discutir sobre planejamento e gestão de recursos hídricos no contexto da estiagem, bem como difundir boas práticas de uso eficiente da água nas Bacias PCJ; c)  
535 Dentre as atividades que integram a Operação de Estiagem PCJ – 2022, consta a elaboração de publicação digital contextualizando a estiagem nas Bacias PCJ. Em 01/09/2022 foi enviado aos membros dos Comitês PCJ as cartilhas informativas destinadas a pessoas, instituições, empresas, produtores rurais, entre outros. As cartilhas foram produzidas pela equipe da Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ; d) O XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB 2022, ocorreu entre os dias 22 a 26/08/2022, em Foz do Iguaçu/Paraná e contou com a participação de membros dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. André agradeceu a participação de todos os envolvidos no evento; e) A 26ª e 27ª Reuniões Extraordinárias dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) ocorrerá em 04/10/2022, por videoconferência. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **9.2 da Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) A Fundação Agência das Bacias realizou a contratação de ferramenta importante para continuidade nos estudos para implantação de barramento na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí. Através de licitação, a empresa  
555 contratada executará, no prazo de 05 (cinco) meses, a elaboração do Projeto Executivo e Estudo

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 02/09/2022 – 10:30 horas

Arqueológico para o Barramento da Bacia do Rio Corumbataí; b) Foi contratado, pela Fundação Agência das Bacias PCJ, a implantação da Ferramenta GISWATER no Sistema de Abastecimento de Água do município de Capivari/SP. O software GISWATER é um sistema de informação geográfica que ajuda a gerenciar os dados das companhias de saneamento para controle de perdas hídricas no sistema de abastecimento público; c) Foi contratada, pela Fundação Agência das Bacias PCJ, a elaboração de estudos visando ao aperfeiçoamento do instrumento cobrança, mediante a revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual paulista e da união nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, considerando as normativas aplicáveis e a análise crítica da sua implementação na bacia, d) o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que ocorreu em 18/08/2022, reunião na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ para

avaliação pertinente à execução das ações previstas no Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA - 1º semestre de 2022, com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ; e) Na sequência, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que será realizada a Oficina “Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e Oportunidade de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ (orçamento 2023)”, em 16/09/2022. A oficina ocorrerá em formato virtual por meio da plataforma *Microsoft Teams* e haverá necessidade de inscrição pelo link: <https://forms.gle/iBDFacwyf4NgindAA>. Na oficina haverá apresentação sobre o Plano de Bacias, regras de seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos aos municípios prioritários da porção paulista. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

*André Luiz Sanchez Navarro*  
Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL e Coordenador da  
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)